

# GRUPOS DE JOVENS CONVERSANDO SOBRE O SOFRIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

*Stela Nazareth Meneghel  
Montserrat Sagot  
Fernanda Souza de Bairros*

**Resumo:** Este texto tematiza o sofrimento emocional de mulheres em situação de violência, especialmente a psicológica. São apresentados excertos de narrativas sobre os efeitos dessas violências nos discursos de participantes de uma pesquisa sobre violência contra a mulher, realizada em uma cidade do sul do Brasil. A abordagem é qualitativa e os dados foram produzidos por meio de grupos de discussão com moças e rapazes estudantes de uma escola da comunidade. A violência psicológica apareceu nos depoimentos das jovens estudantes que relataram os efeitos físicos e emocionais decorrentes não só das violências sofridas, mas também das práticas de controle e sujeição a que as mulheres estão expostas na sociedade patriarcal. Os rapazes, por sua vez, naturalizaram as violências, reforçando estereótipos de gênero e o controle das mulheres.

## **Introdução**

Este ensaio discute as violências da ordem psicológica e seus efeitos enunciados no percurso da pesquisa “A rota crítica das mulheres no enfrentamento da violência”, realizado em uma cidade de médio porte no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, nos anos 2000 (Meneghel & Hennington, 2007). Este projeto de pesquisa foi financiado pelo CNPq por meio do Edital Gênero, Mulheres e Feminismos/2006.

A violência é uma criação sociocultural, uma transgressão ética nas relações interpessoais e uma violação dos direitos humanos (Schraiber & d’Oliveira, 2005). A violência contra a mulher ocorre em cenários de relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres no contexto do sistema patriarcal, com o objetivo de tornar o outro, um objeto. Entender a violência como relação de poder é importante para retirar a conotação interpessoal e patologizante associada ao agravo (Terra, d’Oliveira, Schraiber, 2015).

No Brasil, o tema da violência contra a mulher começou a ser denunciado no final dos anos 1970 e difundiu-se rapidamente em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres, usando a chamada “quem ama não mata”. Nos anos seguintes, ocorreu um processo de visibilização da violência perpetrada contra as mulheres

no âmbito doméstico e, a partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, alguns autores passaram a utilizar o termo violência de gênero focando o aspecto relacional do fenômeno em detrimento da perspectiva de vitimização (Araújo, 2008).

Dentre os vários tipos de violência pautada em gênero, a violência psicológica foi conceituada a partir da formulação da lei Maria da Penha, como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, degrade ou controle as ações da mulher ou outro integrante da família. Inclui comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação da intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006).

Pesquisas (Campbell, Kub, Belknap & Templin, 1997; Mendonça & Ludermir, 2017; Nunes, Lima & Morais, 2017; Gibbs, Dunkle & Jewkes; 2018; Jonker, Lako, Beijersbergen, Hemert & Wolf, 2019) indicam que as violências trazem como consequências o sofrimento mental, fobias, síndrome de estresse pós-traumático, insônia, transtornos do humor, depressão, ansiedade, consumo abusivo de álcool e drogas, pensamentos suicidas e suicídio. Também podem ocorrer dores físicas, palpitações, lombalgias, enxaquecas, distúrbios intestinais, úlcera gástrica, síndrome do cólon irritável, alterações de peso e obesidade. As violências estão associadas à maior prevalência de doenças psicossomáticas, aos sentimentos de desvalia, insegurança e medo que afetam a subjetividade e a autoestima das mulheres e prejudicam a capacidade de autocuidado.

Os efeitos da agressão psicológica se traduzem em sofrimento emocional, isolamento, culpa, medo, vergonha, tristeza e pensamentos suicidas (WHO, 2004; Ellsberg, Jansen, Heise, Watts & Garcia-Moreno, 2008; Gibbs, Dunkle & Jewkes; 2018) e em uma maior procura de serviços de saúde (Walden & Wall, 2014). Embora as mulheres em situação de violência procurem mais os serviços de saúde a violência psicológica é uma das formas menos identificada, notificada, reconhecida e ocorre, principalmente, pelo exercício de poder do homem sobre a mulher. Na medida em que se manifesta de modo sutil, as próprias mulheres muitas vezes não a reconhecem como tal (Dantas-Berger & Giffin, 2005; Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Na cultura patriarcal, os efeitos das violências são percebidos de modo dissociado de suas causas e considerados como doenças que ocorrem devido a características das próprias mulheres. Assim, os efeitos decorrentes das violências são medicalizados e, as mulheres que os sofrem catalogadas como doentes. Os sintomas secundários ao abuso são tratados como problemas primários e o objetivo terapêutico é a supressão do sintoma. Dessa maneira, o uso de antidepressivos para mulheres em situação de violência configura um processo de etiquetar a angústia e a depressão das mulheres produzidas por desigualdades sociais como problemas psicológicos, ao invés de reações normais ao estresse e às injustiças (Meneghel, 2015).

Ao buscar referências sobre violências psicológicas encontramos muitas investigações baseadas no modelo biomédico que enfoca as causas da violência como restritas a aspectos biológicos das pessoas afetadas (Campbell, Kub, Belknap & Templin, 1997; Mendonca & Ludermir, 2017; Nunes, Lima, & Moraes, 2017; Gibbs, Dunkle & Jewkes; 2018; Jonker, Lako, Beijersbergen, Hemert & Wolf, 2019). No campo da saúde, a violência contra a mulher foi inicialmente percebida como uma doença que requeria uma intervenção baseada na racionalidade médica. Os diagnósticos psiquiátricos e psicológicos aplicados a mulheres em situação de violência reforçam condições sociais injustas e ignoram contextos socioculturais (Biglia & San Martin, 2007). Em um estudo sobre o maltrato contra crianças, identificaram-se os dispositivos de individualização e familiarização da violência, colocando-a na esfera do privado, além de moralização do poder, mecanismos que também são observados nas condutas adotadas pelas instituições ao atender mulheres agredidas (Toro, 2019). Essa medicalização e moralização de fenômenos sociais como a violência denota a importância de investigações de gênero no campo da psicologia social crítica.

Este texto partiu da indagação do quanto a violência psicológica constitui, na realidade, a efetivação das práticas de controle e dominação exercidas pelo patriarcado moderno. Consideramos patriarcado como um sistema hierárquico de poder ainda vigente na sociedade atual (Pateman, 1993), por meio do qual se efetiva o processo de subordinação/exploração das mulheres. Deste modo, na sociedade patriarcal a violência é um dos dispositivos de regulação para manter os privilégios masculinos e as mulheres assujeitadas.

O objetivo deste capítulo é problematizar as práticas de subordinação e controle das mulheres que ocorrem dentro do sistema patriarcal e a relação de tais práticas com as violências de ordem psicológica.

## **Desenvolvimento**

Este estudo é parte de uma pesquisa de metodologia qualitativa (Denzin & Lincoln, 2006) sobre a Rota Crítica das mulheres em situação de violência de gênero (Sagot, 2000), realizada em um município do sul do Brasil. O tema desta investigação é o sentido atribuído à violência e seus efeitos por jovens do sexo masculino e feminino inseridos na comunidade.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade local e realizada por uma equipe de pesquisadores do campo da saúde coletiva. Contou com a participação das instituições governamentais que operam com a violência contra a mulher no município estudado. Embora tenham sido utilizadas várias fontes para obter as informações, incluindo entrevistas em profundidade com mulheres em situação de violência e com operadores sociais, além de grupos de discussão com pessoas da comunidade, neste estudo traremos apenas material empírico produzido nos grupos de discussão.

Os grupos de discussão foram realizados com jovens do sexo feminino e masculino em separado, ocorreram em sala de aula e neles participaram mais de 50 estudantes. Nos grupos as perguntas se referiam às percepções que os e as jovens possuíam acerca das violências e o conhecimento sobre casos e serviços de proteção às vítimas. As narrativas se referem às falas enunciadas por jovens, rapazes e moças, estudantes do ensino médio noturno (EJA) de uma escola local. A maioria estava na faixa etária dos 18 aos 30 anos, pertenciam aos estratos populacionais de baixa renda e, quanto à situação marital, namoravam, ficavam ou possuíam companheiro (a). Viviam em região urbana, alguns não trabalhavam e a maioria possuía empregos precários. Apesar da colonização alemã da cidade, havia forte presença negra.

Houve preocupação em não expor os e as participantes da pesquisa a violências adicionais, em proteger suas identidades, em aceitar seus relatos e respeitar os diferentes pontos de vista. Neste texto, nós as denominamos de Maria, um dos nomes femininos mais usados no Brasil e aos rapazes, chamamos João, também um nome popular brasileiro. Esta denominação genérica visou preservar a identidade das e dos depoentes, sem a intenção de homogeneizá-los ou banalizar suas vidas, mas buscando metaforizar a elevada prevalência deste agravo que atinge mulheres de diferentes estratos sociais, presente na sociedade nos diferentes grupos e entre muitas Marias e Joãos. Dessa maneira, procurou-se minimizar o componente individual que é, muitas vezes, atribuído como a principal causa da violência contra a mulher.

Utilizamos o referencial teórico dos estudos de gênero nos alinhando às feministas marxistas (Saffiotti, 2005; Abreu, Hirata & Lombardi, 2016); às psicólogas sociais críticas (Biglia & San Martin, 2007; Cabruja, 2007) e investigadores do campo da saúde coletiva (Schraiber & d'Oliveira 2005). Para orientar a discussão, utilizamos a caixa de ferramentas da psicologia social crítica, especialmente a vertente influenciada por Foucault denominada análise das práticas discursivas. As práticas discursivas possibilitam identificar as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas (Iñiguez, 2006).

O texto resultante dos depoimentos nos grupos de discussão serviu para a construção de um corpus, que foi utilizado para analisar as práticas discursivas dos e das participantes. Neste artigo, exploramos os discursos relacionados às violências, sobretudo a violência psicológica, suas manifestações e efeitos. Atentamos para as contradições que atravessam as falas, assim como para a situação da pesquisa como possibilidade de escuta de jovens estudantes.

Trabalhar com o referencial das práticas discursivas possibilita a desconstrução dos relatos para tentar identificar que dispositivos de poder estão operando na situação de violência, já que o discurso social da violência se reproduz em múltiplas redes discursivas de significação sócio-simbólica. Usamos uma perspectiva de análise que procura questionar o evidente, o óbvio, o natural, o que aparece na superfície dos relatos e indagar a violência em seus determinantes (Garcia & Cabral, s.d.).

## **Violência psicológica ou ideologia de gênero?**

Na análise dos discursos dos e das participantes da pesquisa “Rotas críticas – mulheres enfrentando as violências” sobressaíram narrativas referentes à violência psicológica e os efeitos dessa e de outros tipos de violência na vida das pessoas atingidas. As violências estão emaranhadas umas nas outras, configurando um quadro em que não se pode discernir até onde operam as desigualdades geradas pelo sistema patriarcal e, em que momento, a relação de poder se torna uma relação explícita de violência, já que o sistema patriarcal usa a violência para cristalizar a hierarquia entre homens e mulheres. De qualquer maneira, o sistema patriarcal por si só é violento, na medida em que produz discriminação, dominação e exploração.

A violência simbólica (Bourdieu, 1989) é naturalizada na sociedade e na cultura e deste modo passa despercebida pelas próprias

mulheres que sentem dificuldade em identificar suas formas mais sutis incluindo a violência psicológica. Muitas mulheres ficam surpresas e se espantam ao constatar que atos que consideravam naturais às relações entre homens e mulheres, na verdade constituem ações abusivas. Feministas e psicólogas sociais críticas (Biglia & San Martin, 2007; Toro, 2019) denunciam o processo de psicologização do mal-estar de origem social, com o objetivo de neutralizar esse mal-estar e ocultar as injustiças que são as suas verdadeiras causas. No caso das violências, o objetivo é o de situá-la no terreno do individual, explicando-a como um fracasso pessoal ou como um distúrbio, desarranjo ou doença.

Muitas mulheres não souberam dizer em que momento e de que maneira começou a violência, principalmente a psicológica. Outras não a identificam, dizendo que não se trata de violência, mas sim, conselhos, admoestações, sinais de proteção e afeto, misturados com manifestações de ciúmes e de posse. Condutas aceitas e transmitidas na sociedade por meio das normas de gênero porque as mulheres mesmo sabendo que certos comportamentos são *machistas* desculpam os homens e se culpabilizam quando não estão correspondendo aos este-reótipos culturalmente impostos.

A violência conjugal muitas vezes inicia de modo insidioso, em situações que o homem não lança mão de violência física, mas busca o cerceamento da liberdade da mulher, avançando para o constrangimento, a desqualificação e a humilhação. Esse processo faz com que a mulher fique cada vez mais isolada do convívio social com amigos e familiares, sinta vergonha, medo e culpa, configurando um processo de assujeitamento, em que o homem detém o controle e o comando da relação:

Maria: Horrível a pressão psicológica que ele fazia, eu me sentia um lixo, um lixo a gente vai ficando, achando que a gente...É uma tortura psicológica que daqui a pouco tu vê, assim que tu não tem força para sair daquilo (...) tu fica que nem uma morta viva.

Nos grupos de discussão, ao perguntar quais os conceitos e percepções que os e as jovens possuíam em relação à violência contra a mulher, as jovens começaram a narrar situações e casos reais, atribuídos no momento inicial do grupo, a amigas e conhecidas. Assim, as nossas Marias sinalizavam: *tem uma mulher que trabalha comigo, tenho uma amiga que..., a minha vizinha, a minha irmã*, assumindo o

papel do observador e não o da vítima. Frente à mesma pergunta os rapazes, iniciaram um discurso de justificativas, também impessoal, que serve para um homem genérico, responsável, provedor e pai de família, que agrade apenas quando é desrespeitado, quando a mulher não cumpre o papel que lhe é designado pela cultura ou veiculado pela ideologia de gênero que delimita como cada sexo *deve* se comportar, poderíamos acrescentar.

As primeiras colocações se referiam a uma violência que atingia outra pessoa e as Marias e os Joãos não se animaram no momento inicial do grupo a colocar suas vivências. Porém, em seguida elas assumiram a voz na primeira pessoa: *eu mesma, duas semanas atrás fui agredida pelo meu ex-marido*. Nesse momento, elas passam a usar o grupo de discussão para trazer depoimentos pessoais, como um espaço de expressão da indignação e de denúncia. Nesse sentido, os relatos representaram uma agudização do sofrimento, mas também a possibilidade de visibilização e politização desses atos, na medida em que ocorreu uma discussão pública de um assunto historicamente considerado do âmbito privado:

Maria: Eu mesma duas semanas atrás fui agredida pelo meu ex-marido. Fui registrar uma ocorrência, mas só vai preso se for em flagrante. Como é que eu vou ficar apanhando e ao mesmo tempo pegar o telefone e denunciar? Se eu registro uma ocorrência eu estou assinando minha sentença de morte, porque nenhum homem vai agredir uma mulher e ficar com o nome sujo. Isso não é justo, o que adianta tu ir lá e dar uma queixa? A gente tem mesmo que apanhar, quantas apanham e não vão dar queixa, porque não adianta, a lei é porca, que nem ele me disse [o agente policial] se ele te agredir de novo, ele vai preso, sim, ele vai preso se não tiver me matado já. Daí o que adianta? Meu filho tava junto, meu filho tem dois anos e oito meses e voltou a usar fralda de novo, está engatinhado dentro de casa. E onde fica a justiça pra mim?

As construções de gênero são significadas na cultura e as práticas sociais patriarcais legitimam as condições de dominação masculina, invisibilizando as relações de poder construídas socialmente. Identificamos nas narrativas, múltiplas referências às normas e aos códigos de significação, por meio dos quais opera o sistema cultural de gênero, patriarcal, racista e classista. Muitas destas normas foram sendo questionadas no grupo e as mulheres pareceram se debater entre a ação e a

impotência. *Se eu registro uma ocorrência eu estou assinando minha sentença de morte, porque nenhum homem vai agredir uma mulher e ficar com o nome sujo. Isso não é justo, o que adianta tu ir lá e dar uma queixa?*

Porém, mesmo se dizendo impotentes frente às agressões, as mulheres no grupo de discussão optaram por denunciar as violências que elas e outras sofrem, assim como a inoperância das instituições para efetivar as medidas de proteção e o descrédito em relação ao sistema de justiça (...) *quantas apanham e não vão dar queixa, porque não adianta, a lei é porca, que nem ele me disse [o agente policial] se ele te agredir de novo, ele vai preso, sim, ele vai preso se não tiver me matado já. Daí o que adianta?*

Maria sinaliza o medo e a tensão produzidos pelas ameaças de morte dirigidas pelo ex-marido, contando que todas as noites a mãe precisa buscá-la na parada de ônibus e acompanhá-la até a casa. Aparecem os efeitos da violência não apenas em relação a si, mas estendido aos familiares – a mãe que precisa proteger a filha, ficando na linha de tiro do agressor, e o filho que voltou a usar fraldas.

As participantes dos grupos expressaram sensações de insatisfação, angústia e um mal-estar difuso e crônico atribuído às relações de conjugalidade, onde nem sempre ocorre violência física, mas estão presentes o autoritarismo e os abusos verbais, manifestos na desvalorização do outro, no controle coercitivo, nas humilhações: *a primeira reação deles é começar a te agredir verbalmente, buxo, bagulho, vadia, vagabunda...*

Maria: Ele me agredia verbalmente ... E eu fiquei muito gorda, eu pesava 59 Kg daí fui para 87, depois a vida sexual a gente não tinha. Com os remédios da depressão eu fiquei frígida. É claro que o homem não sabe lidar com isso, pelo machismo e a ideia da sociedade que o homem não pode ficar sem sexo, daí o homem começa a ficar agressivo com a mulher e a primeira reação deles é começar a te agredir verbalmente, buxo, bagulho, vadia, vagabunda...

Assim, elas narraram os efeitos emocionais expressos na tristeza, na desvalia, na impotência, na frigidez, na dificuldade para controlar o peso, de cuidar de si e dos filhos. Efeitos que se fazem sentir entre familiares que permanecem em estado de angústia e alerta frente às ameaças de morte sofridas pelas mulheres, que precisam acompa-

nhá-las em pontos de ônibus ou ao trabalho. Efeitos em crianças que voltam a usar fraldas, que apresentam dificuldades no desempenho escolar, hiperatividade e medo (Meneghel, Sagot & Bairros, 2009).

As narrativas das Marias e dos João nos fizeram ver os efeitos dos jogos de poder, deixando marcas nas identidades, nas subjetividades e nos corpos das mulheres e de seus filhos.

A violência contra a mulher está inscrita na cultura, onde atua o poder simbólico, esse poder invisível que, segundo Bourdieu (1989) só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que o sofrem ou exercem. O poder simbólico cumpre a função política de legitimação da dominação, constituindo-se em violência simbólica. Por este motivo, muitas mulheres dizem que a violência psicológica é a mais difícil de ser rompida, a mais perversa, aquela que produz um assujeitamento tal que a vítima é cúmplice do agressor. Esses dilemas parecem materializados em metáforas de rendição: *eu fiquei como uma morta viva, prisioneira de mim mesma, um lixo, me sentindo um pedaço de carne:*

Maria: Aí começou uma coisa assim que eu fiquei, eu fiquei prisioneira de mim mesma (...) Eu sou um lixo mesmo, eu me sinto uma formiga, ele tem o direito de propriedade, aí perde o respeito mesmo, você é um pedaço de carne...

Em contraponto aos discursos das mulheres, os jovens do sexo masculino justificaram as desigualdades existentes entre homens e mulheres como naturais e historicamente dadas, *o homem sempre foi machista e sempre vai ser, entendeu?* Nos arguiu João. A violência nas relações de conjugalidade não foi considerada um problema, mas uma situação normal entre casais. Minimizaram o efeito das agressões perpetradas contra as mulheres, indicando o descontrole no uso da força por parte do homem que pode estar *com o psicológico abalado* e atribuíram a culpa pelas violências às mulheres que as sofreram: *Ah! tem umas que pedem (para apanhar). Na verdade, a mulher também é culpada pela agressão* (Meneghel, Sagot & Bairros, 2009).

João: ... o homem sempre foi machista e sempre vai ser, entendeu? Muitas vezes o homem perde o controle e bate na mulher porque está com o psicológico abalado. (...) Ah! tem umas que pedem (para apanhar). Na verdade, a mulher também é culpada pela agressão.

Nas sociedades onde as relações de poder entre homens e mulheres são assimétricas, a violência de gênero é um dos dispositivos de regulação para manter o controle das mulheres pelos homens. Pesquisadores (Saffiotti, 2005; Cabruja, 2007) explicam que a violência psicológica decorre do sistema de dominação/subordinação patriarcal e frequentemente a relação hierárquica de poder se torna também uma relação de violência. No grupo dos rapazes, o controle exercido pelos homens em relação às mulheres foi justificado e aceito, percebido socialmente como natural:

João: Então, eu pego minha mulher e eu procuro regular ela. Quando ela não faz as coisas que é preciso. Eu trabalho o dia inteiro e ela fica em casa. Vê televisão, fala com as amigas, dorme. Chego em casa e nem comida fez. Daí eu procuro regular ela.

Assim, moças e rapazes, Marias e Joãos, seguem vivendo conforme os referenciais generificados da cultura, que apontam o que é esperado de cada sexo. Para a manutenção destas normas são ativados mecanismos de controle e subordinação ligados às ideias dominantes acerca dos papéis de gênero, ou aquilo que podemos chamar de ideologia de gênero, que dá o direito ao homem de *regular* a *sua* mulher em uma situação em que gênero é usado como uma gramática que normatiza/regula/controla condutas masculinas e femininas.

Ao término dos grupos, moças e rapazes voltaram a se reunir na sala de aula. Elas retornaram muito emocionadas pela intensidade dos casos que narraram, das situações e denúncias que verbalizaram. Frente a esta atitude os Joãos, os mesmos que assumiram que precisam *regular* as mulheres e que a *violência se justifica quando elas não cumprem suas obrigações*, dirigiram e separaram a equipe de pesquisa e disseram que fôssemos embora e não voltássemos mais para perturbá-los. Um último João gritou na porta: *Vejam o que vocês fizeram com as nossas mulheres!* Ou seja, as mulheres são propriedade dos homens, *as nossas mulheres*. Essa raiva masculina mostrou também o quanto a discussão crítica pode questionar os velhos papeis e estereótipos, ameaçando as hierarquias de poder patriarcais e os decorrentes privilégios masculinos.

Este trabalho confirmou, mais uma vez, o quanto os papeis tradicionais de gênero continuam presentes na sociedade. E mesmo o quanto pequenas mudanças podem ser sentidas como ameaçadoras

para aqueles que detêm maior poder nas hierarquias de gênero, raça e classe social. Neste sentido na sociedade atual estão aflorando os discursos pregando um retorno ao conservadorismo e aos papéis tradicionais desempenhados por homens e mulheres, discurso esse que busca justificar a retirada de direitos, as violências e até mesmo a eliminação física dos e das oponentes.

Observou-se que as violências psicológicas estão incrustadas nas normas e papéis tradicionais de gênero, dificultando às mulheres a possibilidade de identificá-las. A educação diferenciada de gênero e os processos de subjetivação generificados na sociedade naturalizam estes aspectos e condutas. Dessa maneira, durante o trajeto da pesquisa, compreendemos que a violência psicológica é minimizada por meio das relações de controle e subordinação mantidas pelo patriarcado moderno em relação ao sexo feminino, situação que Bourdieu chamou de violência simbólica. Embora o movimento feminista tenha identificado a violência de gênero há mais de 30 anos, esse quadro se mantém quase que sem modificações para muitas mulheres. A escuta dessas vozes nos fez indagar em que medida o patriarcado mantém atuais os velhos discursos com roupagens mais atrativas, que incluem o discurso médico e psicológico. Desta forma, a ideologia patriarcal continua a operar eficazmente para legitimar as hierarquias de poder e sancionar as recalcitantes.

## **Considerações finais**

Este texto baseia-se em uma pesquisa sobre as rotas críticas percorridas pelas mulheres para enfrentar as violências, desenvolvida nos anos 2006-2010. Na pesquisa que realizamos, as mulheres denunciaram no grupo situações de violência física e psicológica vividas por familiares, amigas, conhecidas e por elas mesmas, além de relatar os efeitos físicos e emocionais decorrentes destas violências. Os rapazes, por sua vez, defenderam a prerrogativa masculina de controle e normalização das mulheres, desempenhados de acordo com as normas de gênero.

Este estudo possibilitou algumas explorações acerca dos discursos sobre as violências de gênero. Os homens que ouvimos possuíam uma visão e um posicionamento tradicional e conservador. Por outro lado, as jovens expressaram uma visão crítica sobre a estereotipia dos papéis socialmente impostos, da posição subordinada das mulheres nas

hierarquias entre os sexos, das violências e dos riscos que as ameaçam, das instituições que ao invés de cuidado e proteções revitimizam (Meneghel, Sagot & Bairros, 2009).

Embora os dados empíricos não tenham sido produzidos recentemente e, nos últimos anos a violência contra a mulher tenha sido entendida como um grave problema social além de ter havido avanços consideráveis na legislação e políticas públicas, as prevalências do agravo seguem similares, senão piores, o que pode ser observado pelas taxas ascendentes de feminicídios (Meneghel & Hirakata, 2011; Meneghel & Portella, 2017).

Se considerarmos a pesquisa como um mergulho no qual o pesquisador vai até onde permite seu fôlego, ou ainda como um estratégia na fronteira do saber, nas palavras de Gaston Bachelard (1981), relativiza-se a obrigatoriedade de que os dados de pesquisa sejam recentes, valorizando a singularidade, a potência e a pertinência dos mesmos para compreender o mundo. A partir deste ponto de vista, os discursos formulados pelos jovens da pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, ainda fazem sentido e apontam para uma organização social generificada onde homens e mulheres continuam se comportando de acordo com padrões de gênero tradicionais.

Dessa maneira, estes dados de pesquisa revisitados dez anos depois se mostram atuais, no momento crítico em que a roda do tempo parece retroceder e o conservadorismo vem à tona, operando por meio da ideologia de gênero, entendida aqui no sentido restrito, ou seja, como um conjunto de ideias usadas para validar e manter hierarquias de poder pautadas no patriarcado. O machismo é uma das expressões do patriarcado, constituindo um recurso ideológico, que funciona como um amálgama para selar a subordinação das mulheres, enquanto que a violência constitui o mecanismo de controle para ajustar as insubordinadas, as refratárias e as que ousam desobedecer.

## Referências

Abreu, A.R. P., Hirata, H. & Lombardi, M.R. (2016). *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo.

Araújo, M.F.(2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para a América Latina. Revista Eletrônica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de*

*Psicologia*. 14. Disponível em: <http://psicolatina.org/14/>

Bachelard, G. (1981). *A epistemologia*. São Paulo: Edições 70.

Biglia, B & San Martin, C. coordenadoras. (2007). *Estado de wonderbra – entretejiendo narraciones feministas sobre lasviolencias de género*. Barcelona: Virus Editorial.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Brasil. Lei 11340. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. (2006) Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm) Acesso: 2.11.2019

Cabruja, T. (2007). Lo”k”asLo”k”urasO”k”upadas – violencias de la psicologia a lasmujeres: psicologización, psicopatologización y silenciamento. In: Biglia, B.& San Martin, C. coordenadoras. *Estado de wonderbra – entretejiendo narraciones feministas sobre lasviolencias de género*. Barcelona: Virus Editorial. p. 155-170.

Campbell, J.C., Kub, J., Belknap, R.A. & Templin, T.N. (1997). Predictors of depression in battered women. *Violence Against Women*, 3 (3), 271-293

Dantas-Berger, S.M. & Giffin, K.(2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual. *Caderno de Saúde Pública*, 21(2), 417-425.

Denzin, N.K. & Lincoln, Y.(2006). *Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications.

Ellsberg, M., Jansen, H.A.F.M., Heise, L., Watts, C.H.& Garcia-Moreno, C. (2008). Intimate partner violence and women’s physical and mental health in the WHO multi-country study on women’s health and domestic violence: an observational study. *Lancet*, 371 (9619), 1165-72.

Garcia, C.T. & Cabral, B.E. (s.d.) *El discurso social de la violencia de género*. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/16346/discurso-violencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 2.11.2019

Gibbs, A., Dunkle, K. & Jewkes, R. (2018). Emotion alan de conomicin timate partner violence as key drivers ofdepressionandsuicidalideation: a cross-sectional study among Young women in informal settlements in South Africa. *Plos One* 13(4):e0194885.

Iñiguez, L. (coord.) (2006). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Barcelona: UAC.

Jonker, I. E., Lako, D.A.M., Beijersbergen, M.D., Sijbrandij, M., Hemert, A.M. & Wolf, J. R.L.M. (2019). Factors Related To Depression and Post-Traumatic Stress Disorder in Shelter-Based Abused Women. *Violence against women*, 25(4), 401-420.

Mendonça, M.F.S. & Ludermir, A.B. (2017). Intimate partner violence and incidence of common mental disorder. *Revista de Saúde Pública* [online]. 51 (32):Epub Apr 10, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006912>.

Meneghel, S.N. & Henington, E. (2007). *Rotas críticas de mulheres enfrentando as violências*. São Leopoldo: UNISINOS.

Meneghel, S.N., Sagot, M. & Bairros, F.S. (2009). Práticas discursivas, gênero e sofrimento emocional. In: Meneghel S.N. (org.) *Rotas críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2009. p.52-63.

Meneghel, S.N. (2015). Efeitos emocionais das violências de gênero. In: Fleury, E.; Meneghel, S.N. (orgs.) In: *Dicionário Feminino da Infância. Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p. 115-7.

Meneghel, S.N. & Hirakata, V.N. (2011) Femicídios: assassinatos de mulheres no Brasil. *Revista de Saúde Pública* 45 (3), 564-74.

Meneghel, S.N. & Portella, A.P. (2017). Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciências e Saúde coletiva* 22 (9), 3077-3086.

Nunes, M.C.A., Lima, R.F.F. & Morais, N.A. (2017). Violência sexual contra mulheres: um estudo comparativo entre adolescentes e adultas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (4), 956-969. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003652016>

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra.

Sagot, M. (2000). *La Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países*. Washington: OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde).

Saffiotti, H. (2005). Gênero e Patriarcado. In: Castillo-Martin, M., Oliveira, S. (orgs). *Marcadas a ferro*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. p. 35-76.

Schraiber, L.B., d'Oliveira, A.F.L.P. (2005). *Violência dói e não é direito*. São Paulo: Ed. UNESP.

Silva, L.L., Coelho, E.B. & Caponi, S.N. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, educação*, 11(21), 93-103.

Terra, M.F., d'Oliveira, A.F. & Schraiber, L.B. (2015). Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea digital*, 15(3), 109-120.

Toro, K.T. (2019). Maltrato infantil: Cartografía de una despolitización. *Athenea digital*, 19 (3): e-1775.

Walden I. & Wall, L. (2014). Reflecting on primary prevention of violence against women. *Australian Domestic and Family Violence Clearing house, Australian Centre for the Study of Sexual Assault*. 19, 1-12. Disponível em: <https://aifs.gov.au/sites/default/files/publication-documents/i19.pdf>